



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

AVISO DE DISPENSA

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA POR VALOR – LEI 14.133/2021, ART 75, INC II PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0392/2026

A Câmara Municipal de Montanha/ES, solicita cotação de preços, para eventual contratação direta por dispensa de licitação nos termos da Lei 14.133/2021, para o fornecimento abaixo relacionado, **devendo os interessados apresentarem, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis** a contar da publicação na imprensa oficial, o orçamento/proposta que deverá estar devidamente preenchido, datado, assinado e carimbado e acompanhado dos demais documentos exigidos, conforme especificações abaixo:

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), dos tipos A1 e A3, padrão ICP-Brasil, com validade de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses, com ou sem fornecimento de dispositivos criptográficos (tokens), conforme especificações descritas neste Termo de Referência destinado à Câmara Municipal de Montanha/ES.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

I- Local de Prestação dos Serviços: Os serviços serão prestados para a Câmara Municipal, situado na Praça Osvaldo Lopes, s/nº, Bloco B, Centro, Montanha-ES.

II- Condições da Contratação: Será contratada a empresa que apresentar a proposta mais vantajosa e estiver com toda a documentação regularizada.

III- Data e horário máximo para entrega das propostas: serão aceitas as propostas/documentações enviadas até o dia 10 de abril de 2026 às 13 horas. As propostas deverão conter o Nome da empresa, Razão Social, CNPJ, Telefone para contato, Endereço, Nome do Responsável assinante, Prazo de validade da proposta e número da conta bancária da empresa.

IV- Endereço para recebimento: por via eletrônica, pelo e-mail licitacao.cmmontanha@gmail.com, ou física, mediante protocolo na Sede da Câmara Municipal de Montanha, Praça Osvaldo Lopes, s/n, Centro- Montanha/ES.

OBS: Todas as informações acerca desta Dispensa de Licitação e da consequente contratação constam do Termo de Referência Anexo III.

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Câmara Municipal De Montanha/ES.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

ANEXO I PROPOSTA DE PREÇOS

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA POR VALOR – LEI 14.133/21 – Art 75, INC II

EMPRESA:
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
TEL.:
EMAIL:
ENDEREÇO:
RESPONSÁVEL :

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	V. UNIT	VALOR TOTAL
1					

O prazo de validade da proposta é de ____ () dias corridos.

Nome do banco indicado para o pagamento: _____, Agência: ____, Conta Corrente:

Prazo de execução: ____ () meses, contados do recebimento da Ordem de Serviços.

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dela fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

_____-UF, ____ de ____ de 2026.

Nome e Assinatura do representante legal



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº ____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____-UF, com o endereço eletrônico _____, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação do processo administrativo Nº ____/2026, DECLARA sob as penalidades cabíveis, que:

- Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

- não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- conhece as especificações do objeto e concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

- na qualidade de Proponente do procedimento de Contratação Direta instaurado por esta Câmara Municipal, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____, responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

- não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: ____ E-mail: ____ Telefone: ____

IX – Nomeou e constituiu o(a) senhor(a)____, portador(a) do CPF/MF sob n.º _____, para ser o(a) preposto responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

- para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

() declara para fins de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, assim definida aquelas que se enquadram na classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar 123/06, a qual deverá conter a assinatura do Contador Responsável pela contabilidade da empresa.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

– conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei nº 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

_____-UF, ____ de ____ de 2026

Nome e Assinatura do representante legal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. A contratação tem por objeto a contratação de prestação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), dos tipos A1 e A3, padrão ICP-Brasil, com validade de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses, com ou sem fornecimento de dispositivos criptográficos (tokens), conforme especificações descritas neste Termo de Referência destinado à Câmara Municipal de Montanha/ES.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A presente contratação tem por objetivo a prestação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), nos padrões A1 e A3, conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), com validade de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses, com ou sem fornecimento de dispositivos criptográficos (tokens), destinados ao atendimento das demandas da Câmara Municipal de Montanha/ES.

2.2.A adoção de certificados digitais é imprescindível para garantir a autenticidade, integridade, confidencialidade e validade jurídica dos atos praticados em meio eletrônico, em conformidade com a legislação vigente, especialmente no que se refere à utilização de sistemas eletrônicos governamentais, tais como plataformas de envio de informações fiscais, contábeis e administrativas.

2.3.Além disso, o uso do e-CPF possibilita a assinatura digital de documentos oficiais, o acesso seguro a sistemas institucionais e governamentais, como Receita Federal, Tribunal de Contas e demais órgãos de controle, promovendo maior eficiência, celeridade e economicidade nos processos administrativos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

- 2.4. Ressalta-se que diversos servidores e agentes políticos necessitam de certificação digital individual para o desempenho regular de suas funções, sendo inviável a utilização de meios alternativos que ofereçam o mesmo nível de segurança e validade jurídica.
- 2.5. A contratação também contempla a possibilidade de fornecimento de dispositivos criptográficos (tokens) para os certificados do tipo A3, quando necessário, garantindo maior segurança no armazenamento das chaves privadas, conforme as melhores práticas de segurança da informação.
- 2.6. Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, assegurando a continuidade dos serviços administrativos, o cumprimento das obrigações legais e a modernização dos processos no âmbito da Câmara Municipal de Montanha/ES.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- 3.1. A contratação objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

- 4.1. O critério de Julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

- 5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com início a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES podendo ser prorrogado, de acordo com os artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1 As propostas poderão ser entregues no protocolo desta Casa de Leis ou encaminhadas através do e-mail = licitacao.cmmontanha@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

6.1.1 A proposta comercial deverá ser apresentada em 01(uma) via, em papel timbrado, sem emendas ou rasuras, devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

6.1.2 Endereço, CNPJ, E-MAIL, telefone;

6.1.3 Discriminação do objeto ofertado conforme especificações e condições previstas no Termo de Referência;

6.1.4 No Preço Global Proposto deverá estar incluído todos os custos, como transporte, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com os objetos da contratação.

7.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO :

7.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de certificação digital, devidamente credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), para emissão, renovação e eventual revogação de certificados digitais do tipo e-CPF, nos modelos A1 e A3, com validade de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses, com ou sem o fornecimento de dispositivos criptográficos (tokens), destinados aos servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Montanha/ES.

7.1.1.A solução abrange, de forma integrada, todas as etapas necessárias à disponibilização dos certificados digitais, incluindo:

7.1.2.Emissão e renovação de certificados digitais e-CPF, nos padrões A1 (armazenado em software) e A3 (armazenado em mídia criptográfica);

7.1.3.Validação presencial ou por videoconferência, conforme normas da ICP-Brasil, para confirmação da identidade do titular;

7.1.4.Fornecimento de dispositivos criptográficos (tokens), quando aplicável aos certificados do tipo A3, compatíveis com os sistemas operacionais utilizados pela Câmara;

7.1.5.Instalação, configuração e ativação dos certificados, garantindo pleno funcionamento nos equipamentos dos usuários;

7.1.6.Suporte técnico especializado, para orientação, instalação, exportação, backup (quando aplicável), renovação e resolução de eventuais falhas;

7.1.7.Revogação de certificados, quando necessário, por solicitação da Administração ou em casos de perda, comprometimento ou desligamento do titular;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

7.1.8. Garantia de conformidade com os padrões técnicos e normativos da ICP-Brasil, assegurando validade jurídica, autenticidade, integridade e confidencialidade das transações eletrônicas.

7.2.A solução deverá contemplar a flexibilidade necessária para atender às demandas variáveis da Câmara Municipal, permitindo a emissão sob demanda, conforme a necessidade dos usuários, sem obrigatoriedade de contratação integral imediata.

7.2.1. Os certificados digitais serão utilizados para acesso a sistemas governamentais e institucionais, assinatura eletrônica de documentos oficiais, envio de informações a órgãos de controle, tais como Receita Federal e Tribunal de Contas, bem como para outras atividades administrativas que exijam identificação segura e validade jurídica em meio eletrônico.

7.2.2. A contratação deverá assegurar níveis adequados de segurança da informação, disponibilidade dos serviços, confiabilidade da infraestrutura e conformidade com a legislação vigente, contribuindo para a continuidade das atividades administrativas e a modernização dos processos no âmbito da Câmara Municipal de Montanha/ES.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1.A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais, visando garantir a adequada prestação dos serviços de emissão de certificados digitais para a Câmara Municipal de Montanha/ES:

8.1.1. Requisitos Gerais

8.1.2. A contratada deverá ser Autoridade Certificadora (AC) ou Autoridade de Registro (AR) devidamente credenciada junto à ICP-Brasil, em conformidade com as normas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

8.1.3. Os certificados digitais deverão ser emitidos no padrão ICP-Brasil, do tipo e-CPF, modelos A1 e A3, com validade mínima de 12 (doze) meses e máxima de 36 (trinta e seis) meses.

8.1.4. A prestação dos serviços deverá abranger emissão, renovação e revogação dos certificados digitais.

8.1.5. A contratada deverá garantir a validade jurídica dos certificados emitidos, conforme a legislação vigente.

8.2. Requisitos Técnicos

8.2.1. Certificados do tipo **A1** deverão ser fornecidos em arquivo digital, compatível com os principais sistemas operacionais e navegadores utilizados pela Administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

8.2.2. Certificados do tipo **A3** deverão ser armazenados em dispositivos criptográficos seguros (tokens ou cartões), quando solicitado.

8.2.3. Os dispositivos criptográficos (tokens), quando fornecidos, deverão:

8.2.4. Ser novos, sem uso anterior;

8.2.5. Possuir certificação compatível com o padrão ICP-Brasil;

8.2.6. Ser compatíveis com os sistemas operacionais utilizados (Windows, Linux, entre outros);

8.2.7. Permitir proteção por senha (PIN) e bloqueio em caso de tentativas inválidas;

8.2.8. A contratada deverá garantir a compatibilidade dos certificados com sistemas governamentais, como Receita Federal, eSocial, Tribunal de Contas, entre outros.

8.3. Requisitos de Execução dos Serviços

8.3.1. A validação da identidade dos titulares deverá ocorrer conforme normas da ICP-Brasil, podendo ser:

8.3.2. Presencial; ou Por videoconferência, quando permitido.

8.3.4. A contratada deverá disponibilizar atendimento em prazo razoável, não superior a 05 dias úteis (a ser definido pela Administração) para emissão após a solicitação.

8.3.5. A instalação e configuração dos certificados deverão ser orientadas pela contratada, podendo ocorrer de forma remota ou presencial, quando necessário.

8.3.6. A emissão dos certificados deverá ocorrer sob demanda, conforme necessidade da Câmara.

8.4. Suporte Técnico

8.4.1. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante o horário comercial, por meio de canais como telefone, e-mail ou atendimento remoto.

8.4.2. O suporte deverá contemplar:

8.4.3. Instalação e configuração;

8.4.4. Renovação;

8.4.5. Revogação;

8.4.6. Recuperação de acesso (quando aplicável);



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

8.4.7. Solução de falhas técnicas;

8.4.8. O prazo de atendimento às solicitações deverá ser definido em Acordo de Nível de Serviço (SLA).

8.5. Requisitos de Segurança

8.5.1. A contratada deverá garantir a confidencialidade, integridade e autenticidade das informações envolvidas no processo de certificação digital.

8.5.2. Os dados pessoais dos titulares deverão ser tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

8.5.3. Os certificados e dispositivos deverão seguir rigorosamente as normas de segurança da ICP-Brasil.

8.5.6. Requisitos de Fornecimento de Tokens (quando aplicável)

8.5.7. O fornecimento de tokens deverá ocorrer de forma opcional, conforme demanda da Administração.

8.5.8. Os dispositivos deverão ser entregues devidamente configurados ou acompanhados de instruções claras para utilização.

8.5.9. Em caso de defeito de fabricação, deverá haver garantia mínima de 12 meses.

8.7. Requisitos Administrativos

8.7.1. A contratada deverá possuir regularidade fiscal e trabalhista, conforme legislação vigente.

8.7.2. Deverá apresentar documentação comprobatória de credenciamento na ICP-Brasil.

8.7.3. Os serviços deverão ser prestados conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Sustentabilidade e Boas Práticas

8.8.1. Sempre que possível, os processos deverão ser realizados de forma digital, reduzindo o uso de papel.

8.8.2. Os dispositivos fornecidos deverão atender a boas práticas de durabilidade e descarte adequado.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A execução do objeto deverá observar os procedimentos, prazos e condições



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

9.1. A execução do objeto deverá observar os procedimentos, prazos e condições estabelecidas neste instrumento, garantindo a adequada prestação dos serviços de emissão de certificados digitais para a Câmara Municipal de Montanha/ES.

9.2. Forma de Execução

9.2.1 A execução dos serviços será realizada sob demanda, conforme necessidade da Câmara Municipal.

9.2.2 A solicitação de emissão, renovação ou revogação de certificados digitais será formalizada pela Administração, indicando o tipo de certificado (A1 ou A3), prazo de validade e, quando necessário, a solicitação de fornecimento de dispositivo criptográfico (token).

9.3. Etapas da Prestação dos Serviços

A execução compreenderá as seguintes etapas:

a) Solicitação

A Câmara Municipal encaminhará à contratada a relação dos usuários autorizados, com os dados necessários à emissão do certificado digital.

b) Validação da Identidade

A contratada realizará a validação da identidade do titular, conforme normas da ICP-Brasil, podendo ocorrer:

Presencialmente; ou Por videoconferência, quando permitido.

c) Emissão do Certificado

Após validação, a contratada procederá à emissão do certificado digital no tipo solicitado:

A1: disponibilizado em arquivo eletrônico;

A3: disponibilizado em dispositivo criptográfico (token), quando aplicável.

d) Entrega e Instalação

Para certificados A1: disponibilização segura para download e orientação para instalação;

Para certificados A3: entrega do token ao titular ou responsável indicado, com orientações de uso;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

A contratada deverá prestar suporte para instalação e configuração, quando necessário.

e) Ativação

O certificado deverá ser ativado e testado, garantindo pleno funcionamento nos sistemas utilizados pela Câmara.

f) Suporte e Manutenção

A contratada deverá prestar suporte técnico durante todo o período de validade do certificado.

g) Renovação e Revogação

A contratada deverá realizar a renovação mediante solicitação da Administração;

A revogação deverá ocorrer imediatamente após solicitação, em casos de perda, comprometimento ou desligamento do titular.

9.4. Prazos de Execução

9.4.1. O prazo para emissão do certificado digital, após validação da identidade, não deverá exceder 05 (cinco) dias úteis, a ser definido pela Administração.

9.4.2. O atendimento para validação deverá ocorrer em prazo previamente agendado, com razoável celeridade.

9.4.3. A revogação deverá ser realizada de forma imediata ou em até 24 horas após a solicitação.

9.4.4. Local de Execução

Os serviços poderão ser executados:

Nas dependências da contratada;

Nas dependências da Câmara Municipal, quando necessário;

De forma remota, nos casos permitidos (ex.: videoconferência e suporte técnico).

9.5.5. Condições de Entrega

Os certificados digitais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso.

Os dispositivos criptográficos (tokens), quando fornecidos, deverão:



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

Ser novos e sem uso;

Estar devidamente lacrados;

Acompanhar manual ou instruções de uso;

A entrega será considerada concluída após validação e funcionamento do certificado.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b. Efetuar a entrega do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- c) Cumprir todas as normas da ICP-Brasil;
- d) Garantir a segurança das informações e dos processos;
- e) Prestar suporte técnico adequado;
- f) Substituir, quando necessário, dispositivos defeituosos dentro do prazo de garantia.
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- h) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - i) Manter, durante toda a execução dos serviços, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

12.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto;

12.3 Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertencentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

12.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

12.7 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

13.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A fiscalização deste contrato ficará sob responsabilidade da Servidora Laísa da Costa Santos Matos, conforme Portaria nº 19/2026.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA:

QUANTO A HABILITAÇÃO JURÍDICA:



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

14.1 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

14.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial e, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores; OU

14.3. No caso de empresário individual, Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.5. Cópia do RG, CPF ou CNH dos sócios e representante da empresa;

14.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

QUANTO A HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

14.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

14.8. Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

14.9. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

14.10. Certidão de Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, da dívida ativa do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

14.11. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida no local do domicílio ou sede da licitante.

14.12. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS).



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

14.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.14. Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

14.15. Declaração unificada do fornecedor, atendendo ao disposto no artigo 63 da Lei nº 14.133/2021 e no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

15. ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

16.1.1 O reequilíbrio econômico e financeiro poderá ocorrer de acordo com o disposto na Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.1. As despesas com a contratação da empresa para prestação dos serviços, objeto deste termo, correrão por conta da Classificação Orçamentária, constante no orçamento da Câmara para este fim.

20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

20.1 O Valor estimado para a presente contratação será de R\$ 1.509,65 (um mil quinhentos e nove reais e sessenta e cinco centavos).

21. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS SERVIÇOS:



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

21.1 Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total, para fornecimento do objeto do contrato a ser firmado.

22. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES:

22.1. Observado o contraditório e a ampla defesa, todas as responsabilizações e sanções previstas no art. 155 e art. 156 da lei 14.133/2021, serão aplicadas pela autoridade máxima.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. A Câmara Municipal de Montanha reserva-se o direito de impugnar os serviços entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações;

23.2 Serão recusados os serviços que não atenderem as especificações constantes neste Termo, devendo a licitante contratada substituir imediatamente o recusado;

Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal 14.133/2021.

Montanha-ES, 24 de Março de 2026.


CAMILO DE OLIVEIRA SELLIM
Chefe de Gabinete

Aprovo este Termo;


ADIVALDO RODRIGUES DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Montanha



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DE OUTRO LADO A EMPRESA XXXXXX, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE E CONTRATADA, RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

De um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA - ES**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Osvaldo Lopes, s/nº - Bloco B – Centro – Montanha/ES, CEP 29890-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.795.695/0001-80, neste ato representada por seu **Presidente** o **Sr. ADIVALDO RODRIGUES DE SOUZA**, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF _____, portador da cédula de identidade nº _____, residente e domiciliado na Avenida Dos Combonianos, nº 807, Bairro Centro, Montanha-ES, CEP: 29.890-000, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, Bairro, Cidade, CEP: _____, neste ato representado pelo Sr(a) _____, inscrito(a) no CPF nº _____, portador do RG nº _____, doravante denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar este Contrato nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS:

1.1. Pelo presente instrumento, e, na melhor forma de direito, as partes anteriormente individualizadas e, devidamente qualificadas, resolvem pactuar o presente contrato que será regido pelo artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), dos tipos A1 e A3, padrão ICP-Brasil, com validade de 12 (doze) a 36 (trinta e seis) meses, com ou sem fornecimento de dispositivos criptográficos (tokens), conforme especificações descritas neste Termo de Referência destinado à Câmara Municipal de Montanha/ES

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E CONDIÇÃO DE ENTREGA:

3.1. A prestação dos serviços será de acordo com o Termo de Referência, o qual faz parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses, com início a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES podendo ser prorrogado, de acordo com os artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O valor do presente contrato é de **R\$ xxxxxxxx**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

5.4. O pagamento será efetuado até trinta dias do mês subsequente, após apresentação da Nota Fiscal, o qual deverá ser entregue ao Setor Contábil da Câmara Municipal para a devida aprovação, acompanhada dos seguintes documentos:

- a)** Certidão Negativa conjunta de Débitos Federais;
- b)** Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- c)** Certidão Negativa de Débito Municipal;
- d)** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



5.5. O pagamento será realizado mediante transferência bancária, **Banco xxxx, Agência: xxxx, Conta Corrente nº xxxxx**, de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta da dotação sob a rubrica: Ficha: 007; Fonte: 150000000; Outros Serviços de Terceiros: 3390390000 – Manutenção das atividades internas da Câmara Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/21.

7.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

a) Será admitido o reajuste do contrato, somente após 12 (doze) meses de vigência do mesmo, demonstrando as condições pertinentes, devidamente comprovadas.

b) A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida por índice adequado, legalmente criado e relacionado ao objeto do certame. No presente caso será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendido os 12 (doze) meses decorridos a partir da assinatura do Contrato, desde que manifestado pela Contratada antes da prorrogação do contrato.

c) O índice utilizado poderá ser substituído por outro, desde que oficial, em conformidade com a legislação vigente.

d) A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe diretamente em majoração ou minoração de seus encargos.

f) A Administração terá o prazo de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, desde que expressamente motivado, para analisar e decidir sobre o pedido de reajuste."

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

b. Efetuar a entrega do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e. Manter, durante toda a execução dos serviços, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação.
- f. A contratada se compromete a disponibilizar os serviços 24h (vinte e quatro horas) 07 (sete) dias por semana.
- g. A CONTRATADA deverá manter um Centro de Atendimento para resolução de problemas técnicos, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.
- h. Sempre que houver necessidade de intervenção programada por parte da CONTRATADA, para manutenção preventiva e/ou substituição dos equipamentos, a CONTRATANTE deverá ser previamente informada no prazo mínimo de 05 (cinco) dias da execução do serviço;
- i. Manter a qualidade do serviço;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Receber s serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas



na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, a Câmara Municipal poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

11.2. Além da multa prevista ficam estabelecidas as penas de advertência, rescisão de contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal, conforme Lei 14.133/21, que serão aplicadas em função da natureza e gravidade da falta cometida, garantindo a ampla defesa.

11.3. A Câmara Municipal reterá dos créditos decorrentes deste Contrato valores suficientes ao pagamento das multas aplicadas.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESCISÃO:

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no procedimento original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo da execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Câmara Municipal à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DOS CASOS OMISSOS:

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – CDC e normas e princípios gerais do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO FORO:

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Montanha-ES como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente, e juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Montanha-ES, __ de _____ de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA
ADIVALDO RODRIGUES DE SOUZA
Presidente/Contratante

Fornecedor/Contratado